

A TRAJETÓIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE POR MEIO DO PIBID

Hyaggo Victor Gomes da Silva¹

Amanda Carla Daluz Oliveira²

Joseane Abílio de Sousa Ferreira³

RESUMO: O presente estudo, discute como o processo de colonização brasileira influenciou as formas de se pensar a educação por bastante tempo no Brasil, produzindo desigualdades e apagando a profissão docente. Com isso, o objetivo geral do artigo é refletir como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID), colabora para que a formação inicial e continuada dos profissionais da educação seja valorizada, tendo em vista, que por muito tempo no nosso país ela foi deixada de lado. O trabalho conclui, que o PIBID, além de potencializar a formação docente, contribui para uma educação pública de qualidade, resgatando assim, a importância social da profissão docente. A pesquisa de abordagem qualitativa baseia-se em revisão bibliográfica de autores que tratam da história da educação brasileira como: Carvalho (2008); Franca(1952); Rampinelli(2000); Junior e Neira(2019); Oliveira(2004); Rosário (2015); Saviani(2011).

Palavras-chave: Colonização; Educação; História; PIBID; Formação docente.

1 INTRODUÇÃO

A colonização portuguesa iniciada no Brasil no século XVI, impactou em diversos fatores econômicos, políticos e culturais que perduram até hoje no nosso país. O período colonial se caracterizou pela exploração das terras e dos povos indígenas que já habitavam no Brasil, criando assim uma relação desigual com a chegada dos portugueses. “O sistema colonial organizou-se sobre um modo de produção escravocrata” (ROSÁRIO; MELO, 2015, p. 382), mostrando assim que os portugueses buscavam satisfazer seus desejos, através da exploração dos povos nativos.

Nesse contexto, o primeiro contato das tribos indígenas com outro tipo de educação surge através de uma relação de interesses por parte dos portugueses, que buscavam controlar e propagar seus valores. Inicialmente a educação se deu com a catequese dos jesuítas, que tinham como principal objetivo a doutrinação dos povos indígenas, mostrando assim que “[...]a vinda da Companhia de Jesus, ao Brasil colônia, esteve relacionada com os propósitos do governo de Portugal” (CARVALHO et al, 2008.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN: amanda20240000423@alu.uern.br

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte- UERN: \: Carlaamanda988@gmail.com

³ Professora Doutora do Campus Avançado de Patu: Joseaneabilio@uern.br

p.8), pois, “[...] desde o início, o rei de Portugal

estava convencido que a catequese era o jeito mais eficaz e de menor custo para o domínio dos povos nativos do continente americano” (HECK, 2000, p.20).

A partir disso, o processo colonizador no Brasil gerou exclusões e desigualdades, pois tanto a população indígena como a africana, foram negligenciadas e sofreram com esse sistema que buscava criar uma relação de uso e fazer com que as histórias de ambas as culturas fossem apagadas, para que prevalecesse a cultura dominante, ou seja, a europeia. Ao longo dos séculos, esses mesmos meios de poder continuaram no nosso país, desenvolvendo desigualdades que fizeram com que o acesso à educação se tornasse mais restrito.

Sendo assim, o período colonial influenciou por muito tempo na maneira de se pensar a educação no Brasil, pode-se dizer que até os dias atuais a cultura e o sistema educacional ainda trazem um pouco dessa época, pois em termos políticos embora tenha se acabado o sistema colonial é “nítido que as forças de dominação apenas se resignificaram, marcando a passagem de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra” (JUNIOR; NIEIRA, 2019, p.4).

Portanto, este artigo tem como objetivo geral, discutir como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a docência (PIBID) colabora para a valorização da profissão docente, que por muito tempo foi desvalorizada no nosso país. Além do mais, os objetivos específicos buscam analisar a trajetória histórica da educação no Brasil e apresentar o PIBID como programa de grande relevância para a educação, contribuindo para a formação inicial e continuada dos professores, contribuindo para uma educação de qualidade.

A EDUCAÇÃO JESUÍTICA NO PERÍODO COLONIAL (1549-1759)

Com a chegada da companhia de Jesus ao Brasil em 1549, começa-se a pôr em prática a catequese jesuítica, onde era ensinado sobre mandamentos e dogmas de fé da igreja católica, pois se buscava civilizar as tribos indígenas, que para os europeus, não eram civilizadas e não possuíam educação, porém Dermeval Saviani (2011, p. 35) vai dizer que “Obviamente que, havendo populações no território descoberto pelos portugueses, que viviam conforme uma determinada forma de organização social, a educação também se fazia presente nessas sociedades.” O autor esclarece assim, a ideia que a educação se faz presente em todos os espaços que possuem uma organização social, que era o caso das tribos indígenas.

A cultura transmitia-se por processos diretos, oralmente, por meio de contatos primários no interior da vida cotidiana. E isso não apenas nas relações entre os adultos e as crianças e jovens. Em qualquer idade e tipo de relação social era possível aprender, convertendo a todos, de algum modo, à posição de mestres. (SAVIANI, 2011, p. 38.)

Todavia, toda condição indígena começa a ser deixada de lado, para que se comesse a ser implantada outra forma de organização social, vinda de Portugal. Os jesuítas foram figuras essenciais nesse processo, pois eles implantaram um sistema educacional planejado pelo padre Manuel Nóbrega, começando assim a primeira fase da educação jesuítica no Brasil.

O plano iniciava-se com o aprendizado do português (para os indígenas); prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental; e culminava, de um lado, com o aprendizado profissional e agrícola e, de outro lado, com a gramática latina para aqueles que se destinavam à realização de estudos superiores na Europa (Universidade de Coimbra). (SAVIANI, 2011, p. 43)

A partir desses métodos de ensino, começa-se a construir escolas jesuíticas em alguns locais, porém, era necessário que os indígenas se sentissem atraídos por essas instituições, para que se iniciasse a catequização. A partir disso, procurava-se “[...]” pela mediação dos meninos brancos, atrair os meninos índios e, por meio deles, agir sobre seus pais, em especial os caciques, convertendo toda a tribo para a fé católica. (SAVIANI, 2011, p. 43). A partir daí, já se nota o real interesse dos jesuítas e da corte de Portugal em relação a catequese, que era educar crianças indígenas para que elas convertessem toda a tribo, e assim “civilizar” todas aquelas pessoas, para que se pudesse então tirar tudo que quisessem delas.

Os jesuítas tinham em mente que as religiões das tribos indígenas e de matriz africana eram erradas, pois para eles “[...]” a religião católica era considerada obra de Deus, enquanto as religiões dos índios e dos negros vindos da África eram obra do demônio.” (SAVIANI, 2011, p. 47). Essa ideia fez com que a companhia de Jesus tivesse mais impulso em propagar a palavra de Deus, e assim buscar converter os indígenas a verdadeira fé, afastando-os de sua cultura, gerando então uma opressão com aqueles povos, que até então viviam de acordo com sua organização.

A partir desse contexto de hierarquização, onde possuía o certo e o errado, o bem e o mal, começa-se a se pôr em prática o *Ratio Studiorum*, que era um documento criado pelos jesuítas e que tinha “[...]” as linhas mestras da organização didática e sobretudo sublinhava o

espírito que deveria animar toda a atividade pedagógica” (FRANCA, 1952, p.16).

Passando por diversas edições até chegar na definitiva em 1599, o documento jesuítico passa a ser usada oficialmente em todos os colégios jesuítas como obrigatório e com as seguintes diretrizes:

O Plano foi constituído por um conjunto de regras cobrindo todas as atividades dos agentes diretamente ligados ao ensino. Começava pelas regras do provincial, passava pelas do reitor, do prefeito de estudos, dos professores de modo geral e de cada matéria de ensino, chegava às regras da prova escrita, da distribuição de prêmios, do bedel, dos alunos e concluía com as regras das diversas academias. (SAVIANI, 2011, p. 55)

Além do mais, Saviani (2011, p.55) vai falar um pouco mais sobre a organização pedagógica dos jesuítas segundo o *Ratio Studiorum* :

O *Ratio* previa a figura do prefeito geral de estudos como assistente do reitor para auxiliá-lo na *boa ordenação dos estudos*, a quem os professores e todos os alunos deveriam obedecer (regra n. 2 do provincial). Previa, ainda, quando a *extensão e variedade do trabalho escolar* o exigissem, um prefeito dos estudos inferiores e, conforme as circunstâncias, um prefeito de disciplina subordinados, ambos, ao prefeito geral.

A partir disso, entende-se o *Ratio Studiorum*, como um documento que possuía todas as regras e normas acerca do ensino jesuítico no Brasil, mostrando os cargos nas escolas e a função que cada um deveria exercer. Toda essa organização dá a ideia de um sistema totalmente articulado, justamente para garantir que ninguém estava ensinando aquilo que não deveria ser ensinado. A partir disso, Saviani (2011, p. 56) vai dizer que “Esse destaque da função supervisora com a explicitação da ideia de supervisão educacional é indício da organicidade do plano pedagógico dos jesuítas, o que permite falar, ainda que de forma aproximada, que se tratava de um sistema educacional propriamente dito.”

A partir dessas ideias, pode-se dizer que o documento jesuítico tinha um caráter universal e elitista, pois em todos os lugares que houvesse um colégio jesuíta, o *Ratio Studiorum* era obrigatório, além de possuir um olhar voltado para elite colonial, pois os indígenas eram deixados de lado, para que se fosse ensinado os filhos dos colonos (SAVIANI, 2011). O documento jesuítico, teve uma grande influência no Brasil no período da colonização, sendo o primeiro plano educacional a ser aplicado no país, os jesuítas buscavam difundir ideias eurocêtricas e religiosas através da construção de diversos colégios em todo o território. “Essas instituições multiplicaram-se rapidamente, chegando a um total de 728 casas de ensino em 1750, nove anos antes da expulsão dos

jesuítas do Brasil e dos demais domínios portugueses[...]" (SAVIANI, 2011, p. 57)

As ideias presentes no *Ratio Studiorum* colaboraram na formação do ensino educacional daquela época, além de manter a posição de poder da igreja e da corte de Portugal. A educação tinha como principal meta aperfeiçoar o homem, pois "Para a vertente religiosa, tendo sido o homem feito por Deus à sua imagem e semelhança, a essência humana é considerada, pois, criação divina" (SAVIANI, 2011, p. 58), através disso, pode-se dizer que a missão dos jesuítas no Brasil era educar os colonos e indígenas para torná-los perfeitos, para que eles pudessem alcançar a perfeição, e assim chegar até Deus.

Contudo, "A orientação indicada predominou no ensino brasileiro durante aproximadamente dois séculos, isto é, até 1759, quando se deu a expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias por ato do Marquês de Pombal, então primeiro-ministro do rei Dom José I." (SAVIANI 2011. p. 59), marcando assim o fim do período jesuítico no Brasil.

TRANSFORMAÇÕES EDUCACIONAIS NO IMPÉRIO E NA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Com a chegada da família real ao Brasil em 1808 e em 1822 com a independência, o cenário educacional brasileiro começa a mudar, pois "[...] surgem os primeiros cursos superiores, embora baseados em aulas avulsas e com um sentido profissional prático" (OLIVEIRA, 2004, p. 947), porém não é uma educação totalmente acessível para todos, pois visava formar somente os membros da realeza e da elite europeia. Com a chegada de dom João VI, nasce o ensino superior do Brasil, surgindo assim uma autonomia no âmbito da educação, com o reinado de Dom Pedro I "[...] inicia-se um processo de transferência de poder para um mesmo grupo de beneficiários, com acréscimo dos "letrados" aos cargos administrativos e políticos para o preenchimento do quadro funcional do Estado" (OLIVEIRA, 2004, p. 948).

Nesse cenário, em 1823, é realizada uma assembleia constituinte e legislativa convocada por Dom Pedro I. para que se formulasse uma legislação acerca da instrução publica, sendo assim a solução encontrada pela comissão "[...]foi a apresentação de um projeto que procurava, mediante a instituição de um prêmio à melhor proposta, estimular o surgimento de um "Tratado Completo de Educação da Mocidade Brasileira" (SAVIANI, 2011, p. 119), todos os debates que ocorreram na assembleia acerca da educação, não

chegaram a uma decisão daquilo que deveria ser feito. Contudo, Martin Francisco, um dos membros da comissão propõe uma reforma para a educação que consistia na organização da instrução publica, dividindo-a em 3 graus:

o primeiro grau cuidaria da instrução comum tendo como objeto as verdades e os conhecimentos úteis e necessários a todos os homens, e teria a duração de três anos, abrangendo a faixa etária dos 9 aos 12 anos de idade. O segundo grau, com a duração de seis anos, versaria sobre os estudos básicos referentes às diversas profissões. E o terceiro grau se destinaria a prover educação científica para a elite dirigente do país. (SAVIANI, 2011, p. 120)

Contudo essa proposta foi deixada de lado, pois “[...]a Comissão de Instrução Pública concentrou suas atenções num outro projeto, o de criação de universidades” (SAVIANI, 2011, p. 123). A partir disso, o governo imperial começa a implementar algumas melhorias para a educação como a criação de escolas primarias, contudo ainda não era acessível a todos, pois não era pensada para os negros escravizados e para a outra parte excluída da sociedade, sendo ela então, somente para a elite de Portugal.

No ano de 1826, o parlamento é aberto novamente, e começa a ser discutido a ideia de que “[...] pretendia regular todo o arcabouço do ensino distribuído em quatro graus, assim denominados: 1º grau: pedagogias; 2º grau: liceus; 3º grau: ginásios; 4º grau: academias” (SAVIANI, 2011, p.124).

O primeiro grau (as "pedagogias") abrangia os conhecimentos elementares necessários a todos independentemente da sua situação social ou profissão, [...]. O segundo, os "liceus", voltava-se para a formação profissional compreendendo os conhecimentos relativos à agricultura, à arte e ao comércio [...]. O terceiro grau, denominado "ginásios", compreendia os conhecimentos científicos gerais, como introdução ao estudo aprofundado das ciências e de "todo gênero de erudição [...]. Finalmente, o quarto grau, isto é, as "academias", destinava-se ao ensino das "ciências abstratas e de observação [...]. (SAVIANI, 2011, p. 124-125)

Em 15 de outubro 1827 a legislação marcou o início de um esforço mais formal para estruturar a educação no Brasil. Nessa data foi promulgada uma Lei, que “[...]estabelecia 'Escolas de Primeiras Letras em todas as vilas, cidades e lugares mais populosos'" (SAVIANI, 2011, p. 126). A partir disso a educação começa a se expandir para outros lugares do território brasileiro, além de garantir a obrigatoriedade do ensino primário. Porém, essa lei não fazia com que o espírito da época deixasse de existir, pois ainda era uma educação pautada para a elite de Portugal.

Com a reforma Couto Ferraz ocorrida em 1854, a educação começa se organizar de maneira mais ampla, pois ela “[...]reorganizou o ensino primário, secundário e superior, além de buscar ampliar o número de escolas primárias e regulamentar o

magistério" (SAVIANI, 2011, p. 130). A reforma, foi uma importante tentativa de modernizar o ensino educacional brasileiro. A formação de professor foi um dos pontos abordados por Couto Ferraz, que buscava implementar cursos de pedagogia para capacitar melhor os educadores, além de criar as escolas normais, voltadas para essa formação docente (SAVIANI, 2011).

No ano de 1874, acontece outra reforma no espaço educacional, denominada como reforma Leôncio de Carvalho. Ela buscava atender as demandas daquele período, e visava garantir ainda mais a obrigatoriedade do ensino primário, secundário e superior, mantendo assim, uma continuidade da reforma Couto Ferraz, contudo a reforma Leôncio de Carvalho buscava outras metas como;

a criação de jardins de infância para as crianças de 3 a 7 anos (artigo 5º); caixa escolar (artigo 6º); bibliotecas e museus escolares (artigo 7º); subvenção ao ensino particular, equiparação de Escolas Normais particulares às oficiais e de escolas secundárias privadas ao Colégio Pedro II, criação de escolas profissionais, de bibliotecas populares e de bibliotecas e museus pedagógicos onde houver Escola Normal (artigo 8º); regulamentação do ensino superior abrangendo a associação de particulares para a fundação de cursos livres (artigo 21); permissão a particulares para abrir cursos livres em salas dos edifícios das Escolas ou Faculdades do Estado (artigo 22); faculdades de direito (artigo 23); e faculdades de medicina (artigo 24). (SAVIANI, 2011, p. 137-137)

Essa reforma no ensino, foi marcada pelo método intuitivo, que visava “[...] resolver o problema da ineficiência do ensino, diante de sua inadequação às exigências sociais decorrentes da revolução industrial que se processara entre o final do século XVIII e meados do século XIX [...]” (SAVIANI 2011, p. 138), a partir desse método, a educação começa a valorizar mais a aprendizagem a partir da observação direta. Para isso, surgiu novos materiais didáticos, que ajudaram na realização desse método, como; “[...]peças do mobiliário escolar; quadros-negros parietais; caixas para ensino de cores e formas, quadros do reino vegetal, gravuras, objetos de madeira, cartas de cores para instrução primária; aros, mapas, linhas, diagramas[...]” (Saviani, 2011, p; 139).

A partir dos pontos apresentados acerca da educação no Brasil imperial, pode-se perceber que o sistema de ensino refletia os desafios de um país em formação, com profundas desigualdades sociais e econômicas. A independência proporcionou a necessidade de estruturar o sistema educacional daquela época, para que se conseguisse chegar a um sistema educacional próprio e independente, porém, as dificuldades e desigualdades fizeram com que a implementação fosse cada vez mais lenta e cheia de lacunas a serem preenchidas. A educação enfrentava diversos problemas, foi a partir da abolição da escravidão em 1888, e com a expulsão da família real do Brasil em 1889, que irá

ser implementada a república brasileira, que começara a traçar novos rumos para a educação do país.

Por bastante tempo no nível federal, as políticas educacionais oscilaram entre centralização e descentralização, refletindo as mudanças políticas. "No plano federal o regime republicano expressou essa tensão na política educacional oscilando entre a centralização (oficialização) e descentralização (desoficialização)" (SAVIANI, 2011, p. 169). Mostrando assim, que a educação ainda possuía interesses políticos e dominantes.

Durante o período republicano no Brasil, a educação passou por uma série de transformações e reformas influenciadas por interesses locais e tensões entre centralização e descentralização. Saviani comenta que, após a Proclamação da República, a responsabilidade pela instrução popular foi mantida sob a gestão dos estados, em parte devido ao peso econômico dos cafeicultores, que "desejavam a diminuição do poder central em favor do mando local" (SAVIANI, 2011, p. 170)

Com a Proclamação da República em 1889, a educação foi descentralizada e atribuída aos estados, com a instrução popular ficando sob a responsabilidade das antigas províncias. "Entretanto, já em 1890 foi instituída por Benjamin Constant, através do Decreto n. 981 de 8 de novembro, a reforma dos ensinos primário e secundário que, embora limitada ao Distrito Federal, poderia constituir-se em referência para a organização do ensino nos estados" (SAVIANI, 2011, p. 165).

Durante a Primeira República, São Paulo se destacou ao organizar o ensino primário em grupos escolares, buscando uma estrutura que superasse a fase de classes isoladas e permitisse uma melhor coordenação pedagógica: "a reforma da instrução pública paulista, implementada entre 1892 e 1896, pioneira na organização do ensino primário na forma de grupos escolares, procurou preencher os dois requisitos apontados" (SAVIANI, 2011, p. 165).

Em 1930, a educação começa a ser uma responsabilidade governamental, pois o próprio governo começa a "[...] tratar a educação como questão nacional, convertendo-se, portanto, em objeto de regulamentação, nos seus diversos níveis e modalidades, por parte do governo central" (SAVIANI, 2011, p. 196). Com o governo brasileiro dirigindo os rumos da educação no país, houve algumas medidas que foram implementadas no ensino, uma delas foi a "[...]inserção, em meio às outras seis medidas de reforma do ensino, do Decreto n. 19.941, que introduziu, pela primeira vez na história da República, o ensino religioso nas escolas oficiais" (SAVIANI, 2011, p. 196), formando assim uma união do

governo constitucional com a igreja católica.

No ano de 1932, o manifesto dos pioneiros da educação nova ganha bastante destaque no ambiente educacional, e passa a ser chamado como o “movimento de renovação educacional”, pois abordava temas relacionados ao futuro da educação no país. Dermeval Saviani (2011, p.244) vai dizer que “[...] a Educação Nova assume sua verdadeira feição social, formando "a hierarquia democrática" pela "hierarquia das capacidades", construída a partir de todos os grupos sociais, cujos membros seriam contemplados com as mesmas oportunidades educacionais.” A partir desse manifesto, se começa um novo período de transformação para a educação brasileira, que antes era reservada a grupos específicos da sociedade, enquanto a outra parte da população tinha seus direitos negados.

Vale ressaltar que durante os primeiros governos, a educação do país era voltada para construir um novo projeto de nação. O papel da educação nesse contexto estava diretamente relacionado à consolidação do estado republicano, à formação de uma cidadania ativa e à tentativa de superar as desigualdades sociais e regionais que ainda persistiam no Brasil. Contudo essa perspectiva não agradou a todos, pois “a visão católica considerava o povo como elemento a ser conduzido por uma elite responsável, formada segundo os princípios da "reta moral cristã"” (SAVIANI, 2011, p. 258).

Portanto, o papel da educação na república do Brasil, foi muito complexo, pois abrangia a identidade republicana e nacional até a formação de cidadãos disciplinados, todas essas ideias eram voltadas para tornar o Brasil um país moderno e acelerar o seu progresso. No entanto, os projetos educacionais criados durante esse período, foram bastante limitados, pois ainda havia desigualdades sociais existentes, além da escassez de recursos e a dificuldade em universalizar o ensino, tudo isso começaria a ser realizado mais a frente,

DESAFIOS E AVANÇOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: PIBID como política de valorização docente

A educação contemporânea brasileira enfrenta uma série de desafios e possibilidades. Observa-se que há um movimento em busca de maior acessibilidade e inclusão escolar, onde a tecnologia desempenha um papel significativo, proporcionando novos meios de ensino e aprendizado. No entanto, muitos dos problemas estruturais e de qualidade de ensino ainda persistem, como a falta de recursos adequados, a desvalorização dos profissionais da educação e a dificuldade de adaptação dos currículos às necessidades reais dos alunos.

Assim como Saviani critica as limitações do sistema educacional brasileiro em promover uma inclusão efetiva e significativa, a educação contemporânea reflete um cenário onde ainda há muito a ser feito para que o ensino seja realmente transformador e adaptado às demandas da sociedade atual. Ele discute Sobre a "pedagogia da exclusão" e o impacto do modelo econômico, Saviani afirma que "na ordem econômica atual não há lugar para todos. [...] Boa parte daqueles que atingem a idade para ingressar na População Economicamente Ativa (PEA) nela nem sequer chega a entrar" (SAVIANI, 2011, p. 430).

Portanto, percebe-se que a educação atualmente possui em sua estrutura uma série de desafios, como a desigualdade no acesso, desigualdades regionais, baixa qualidade de ensino, evasão escolar e retenção e a desvalorização dos profissionais, tudo isso implica no bom êxito da educação do nosso país, porém, é preciso falar que também houve muitas mudanças significativas, a expansão do acesso à educação aumentou consideravelmente nos últimos anos, além surgir novas correntes na educação, a tecnologia também se faz presente nos ambientes educacionais, se começa a 'por em pratica um programa de educação para jovens e adultos e houve bastantes reformas e avanços curriculares.

Dentro dessa perspectiva, a atuação docente enfrenta desafios para além da sala de aula, pois podem existir demandas estruturais e sociais que dificultam diretamente ao exercer a profissão. A situação precária no trabalho, a sobrecarga e a falta de reconhecimento ainda são grandes desafios que podem fazer com que a carreira dos professores seja desvalorizadas. É diante desse contexto, que programas voltados aos universitários, como o PIBID, se tornam essenciais, por oferecer incentivo e suporte para que os futuros profissionais da educação possam ter uma preparação mais crítica diante das demandas da educação contemporânea.

Um aspecto positivo do PIBID, é que este programa contribui para unir teoria e prática, ao permitir que os licenciandos vivenciem o contexto escolar e se desenvolvem como futuros professores. É a partir dessas vivências que o aluno universitário vai construir sua identidade profissional e ter um olhar mais atento às desigualdades educacionais, estimulando o seu compromisso com uma educação inclusiva e transformadora. Sendo assim, o PIBID, além de valorizar o professor em formação, ele ajuda a promover melhorias na qualidade de ensino de escolas públicas.

Portanto, é notório que o PIBID é um grande avanço na política educacional brasileira, pois o programa reafirma a relevância do professor como um agente essencial para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Ao aportar recurso para a formação inicial e continuada de professores, o programa colabora para que a docência seja admitida como uma profissão que tenha uma grande relevância social e que seja capaz de

transformar realidades e ampliar horizontes para além da sala de aula. Assim sendo, o PIBID pode ser considerada como um métodos fundametal para combates os desafios históricos da educação no Brasil e para assegurar que os avanços conquistados ao longo do tempo sejam permanentes.

CONCLUSÃO

Portanto, todo o processo da educação no Brasil mostra que foi registrado por pequenos avanços graduais e por desafios permanentes. A partir do Império, quando a educação era restrita às elites e o ensino para o grupo das classes populares era pouco acessível, e até mesmo na República, onde buscou-se firmar um projeto nacional de ensino, a educação brasileira se manteve repleta de tensões políticas, sociais e econômicas. As melhorias acontecidas no século XIX e início do século XX, mesmo que tenham sido importantes, não foram possíveis para ir além das desigualdades persistentes que dificultavam o acesso e a qualidade do ensino.

Na realidade atual, é notório que uma grande quantidade desses desafios ainda persiste, por exemplo, a desvalorização dos profissionais da educação, o abandono escolar e as desigualdades regionais. Todavia, também cabe destacar que aconteceram avanços significativos na educação, entre eles a expansão do acesso à educação, e inovação tecnológica junto a programas que visam a formação de professores, como o programa PIBID, que assegura o papel central da docência no desenvolvimento para uma sociedade mais justa e democrática.

Desse modo, a trajetória da educação brasileira mostra que, apesar de haver numerosos obstáculos no caminho, cada transformação e cada estratégia colocada em prática serviram para a construção de um sistema de ensino mais inclusivo e transformador. E o desafio atual que ainda existe é de garantir que os avanços que foram conquistados ao longo do tempo se consolidam e que a educação consiga cumprir plenamente a sua função social na vida das pessoas, que é formar cidadãos críticos, conscientes e competentes para transformar as realidades.



REFERENCIAS

CARVALHO, Carin, et al. Educação Jesuítica: Contexto, Surgimento e Desdobramentos. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, Campo Largo, v. 7, n. 2, p. 1-8, nov, 2008.

FRANCA S.J., Leonel. O método pedagógico dos jesuítas: o "Ratio Studiorum": Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.

HECK, Egon Dionísio. 500 Anos de Conquista e Dominação. In: RAMPINELLI, José Waldir e OURIQUES, Nildo Domingos (Orgs.). Os 500 Anos: a conquista interminável. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JUNIOR, F. N dos S., NEIRA, M.G. Contribuições do Pós-colonialismo para o Currículo Cultural da Educação Física. **Educação**, Santa Maria, v.44, p. 1-24, 2019.

OLIVEIRA, Marcos Marques. As origens da educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização de ensino. **Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 45, p. 945-958, out/dez. 2004.

ROSÁRIO, Maria José Aviz do; MELO, Clarice Nascimento de. A educação jesuítica no Brasil colônia. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 15, n. 61, p. 379–389, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

FRPED



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP